



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0000986-95.2011.2.00.0000**Requerente:** Júlio César Oliveira de Medeiros**Interessado:** Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região (mg)**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça**Advogado(s):** MG055515 - Júlio César Oliveira de Medeiros (REQUERENTE)

VOTO

Cuidam os autos de Recurso Administrativo interposto pela requerente contra decisão monocrática proferida nos autos do PP nº 986-95, que extinguiu o feito sem apreciação do mérito, em virtude da perda superveniente de seu objeto, e determinou o seu consequente arquivamento.

Presentes os requisitos, conheço do recurso.

Malgrado, no entanto, suas considerações, não vejo como acolhê-lo, eis que não se extrai de suas razões qualquer fato capaz de justificar a alteração dos fundamentos consignados no *decisum* recorrido, proferido nos seguintes termos:

“Trata-se de Pedido de Providências em que se requer o encaminhamento ao Plenário de recurso administrativo interposto nos autos da Representação Disciplinar nº 0003310-63.2008.2.00.0000, uma vez que foi monocraticamente arquivado, em alegada violação à previsão regimental constante dos arts. 115, § 2º, e 61, § 2º, do Regimento Interno deste Conselho Nacional de Justiça.

Para efeito de esclarecimento, retomo os fatos tratados nos autos da Reclamação Disciplinar nº 0003310-63.2008.2.00.0000 e apresento o seguinte histórico resumido de sua tramitação perante a Corregedoria Nacional de Justiça:

- Propositura de Reclamação Disciplinar contra o Desembargador Jorge Berg de Mendonça, do TRT da 3ª Região, pelo ora recorrente (Evento 3, REQ1);

- O Desembargador requerido prestou informações (Evento 10, INF5), seguidas de impugnação do reclamante, ora recorrente (Evento 26, REQAVU15);

- Petição do reclamante, comunicando "novos fatos" (Evento 30, REQAVU20);

- *Decisão de lavra do então Corregedor Nacional de Justiça, Min. Gilson Dipp, concedendo prazo para que o requerido e demais autoridades apontadas na novel petição apresentassem informações (Evento 35, DEC25);*

- *Aditamento do requerido às informações inicialmente prestadas, diante dos novos fatos apresentados pelo reclamante (Evento 39, REQAVU28);*

- *Petição do reclamante reforçando os pleitos iniciais (Evento 43, REQAVU30);*

- *Informações prestadas pela Juíza do Trabalho de Santa Rita do Sapucaí-MG, indicada pelo reclamante na petição que trouxe novos fatos (Evento 54, INF43);*

- *Decisão de arquivamento dos autos de lavra do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. José Paulo Baltazar Júnior (Evento 57, DEC45);*

- *Petição do reclamante informando que os fatos constantes da inicial foram tratados pela imprensa e noticiados à Polícia, reiterando os pedidos iniciais e solicitando providências urgentes por parte da Corregedoria (Evento 61, REQAVU46).*

- *Decisão de lavra do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. José Baltazar, a qual recebeu a petição acima referida como recurso e a indeferiu monocraticamente sob o entendimento que o recurso não encontrava amparo regimental (Evento 64, DEC48).*

- *Recurso Administrativo interposto pelo reclamante em que pede o reconhecimento de nulidade da decisão que tratou da "petição de fatos novos" como se fosse recurso, com o subsequente encaminhamento das razões recursais (sobre o mérito da causa) para julgamento pelo Plenário do CNJ (replicados diversas vezes nos Eventos 70 a 74 e 76, DOC"s, PET"s e RECADM 50 a 69).*

- *Decisão monocrática de não conhecimento do recurso administrativo, de lavra do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. José Baltazar, com o entendimento de que se trata de novo recurso, não admitido regimentalmente (Evento 78, DEC70).*

- *Petição do reclamante pugnando pela reconsideração das decisões anteriores, no sentido de que seja o recurso administrativo levado a julgamento pelo Plenário do CNJ (Evento 82, PET73).*

- *Decisão de lavra da Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Dra. Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas, a qual reconsiderou decisão do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. José Baltazar, que determinou o arquivamento de "recursos administrativos" interpostos pelo requerente. Na decisão de reconsideração, a Juíza Auxiliar, Dra. Agamenilde, reconheceu que, na verdade, não se tratavam de recursos, mas de petições alegando fatos novos (Evento 87, DOC75).*

- *Decisão de lavra da e. Corregedora Nacional de Justiça, Min. Eliana Calmon, no sentido de não reconhecer a existência de fatos novos a serem analisados, mantendo a decisão de arquivamento da Representação Disciplinar proferida pelo Juiz Auxiliar, Dr. José Baltazar (Evento 93, DEC77).*

- *Petições protocoladas pelo reclamante contra a decisão de arquivamento de lavra da Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon (repetidos nos Eventos 96 e 98, PET"s 78 e 79).*

- *Determinação de retorno dos autos ao arquivo, de lavra da Min. Eliana Calmon, sob o entendimento de que as petições representam*

reiteração de recurso administrativo (Evento 106, DEC84).

- Petição do reclamante insistindo na apreciação do recurso interposto contra a decisão de manutenção da decisão de arquivamento, indicando como suporte do pedido o entendimento anteriormente proferido pela Juíza Auxiliar, Dra. Agamenilde (Evento 108, PET85).

- Repetição do teor da decisão anterior (DEC84) no sentido de que a petição seria reiteração de recurso (Evento 112, DEC86).

- Arquivamento definitivo do feito (Evento 113).

Inconformado, o ora requerente encaminhou à Presidência desta Casa petição avulsa noticiando o ocorrido nos autos da Reclamação Disciplinar acima resumida, com vistas à reforma da decisão de arquivamento monocrático do feito, bem como a eventual responsabilização pelos prejuízos daí advindos.

Em despacho, o Excelentíssimo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Cezar Peluso, conheceu e deferiu o pedido, determinando a livre distribuição desse feito para o fim específico de submissão do recurso administrativo interposto nos autos da Representação Disciplinar nº 0003310-63.2008.2.00.0000 a julgamento pelo Plenário do CNJ.

Em 25/10/2011, no entanto, sobreveio nos autos da RD 3310-63, em curso na Corregedoria Nacional de Justiça, a seguinte decisão (Evento 119 – DESP87):

“Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada por JÚLIO CÉSAR OLIVEIRA DE MEDEIROS contra JORGE BERG DE MENDONÇA, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - MG. (...)

O procedimento precisa ser chamado à ordem. A apreciação do Recurso Administrativo interposto deve ser precedida das seguintes providências:

(a) Oficie-se ao Exmo. Juiz GIGLI CATTABRIGA JÚNIOR, da Vara do Trabalho de Itajubá – Minas Gerais, solicitando-lhe informações, a serem prestadas no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as alegações constantes na inicial (Evento 03) e na petição que noticia fatos novos (Evento 61). Envie-se cópia das respectivas petições e dos documentos que as instruem.

(b) Oficie-se ao Exmo. Desembargador JORGE BERG DE MENDONÇA, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Minas Gerais, solicitando-lhe informações, a serem prestadas no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as alegações constantes na petição que noticia fatos novos (Evento 61). Envie-se cópia da petição e dos documentos que a instruem.

(c) Oficie-se ao Exmo. Desembargador CAIO VIEIRA DE MELLO, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Minas Gerais, solicitando-lhe informações, a serem prestadas no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as alegações constantes na petição que noticia fatos novos (Evento 61). Envie-se cópia da petição e dos documentos que a instruem.

(d) Oficie-se à Exma. Juíza CAMILA GUIMARÃES PEREIRA ZEIDLER, da Vara do Trabalho de Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais, solicitando-lhe informações, a serem prestadas no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as alegações constantes na petição que noticia fatos novos (Evento 61). Envie-se cópia da petição e dos documentos que a instruem.

(e) Oficie-se à Corregedoria Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Minas Gerais, solicitando informações, a serem prestadas no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do procedimento administrativo que teria sido instaurado contra o Juiz GIGLI CATTABRIGA JÚNIOR, da Vara do Trabalho de Itajubá – Minas Gerais, em razão dos fatos aqui noticiados. Envie-se cópia da petição inicial e da INF 5 (evento 10) em que referido procedimento é mencionado.

(f) Intime-se o Reclamante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, traga aos autos cópias das Ações Rescisórias noticiadas, promovidas pelo Ministério Público do Trabalho no tocante a sua demanda trabalhista e àquela promovida por Rafael Tadeu Simões e outros, ambas contra Phihong PWN Brasil Ltda e First International Computer do Brasil Ltda. O Reclamante deverá demonstrar todo o andamento processual de ambas as demandas.

Cópia do presente servirá como ofício (na resposta mencionar RD nº 0003310-63.2008.2.00.0000)."

Diante das providências acima noticiadas, determinadas pela e. Corregedoria Nacional de Justiça nos autos da RD nº 0003310-63.2008.2.00.0000, sobreleva-se a inegável perda superveniente do objeto da presente demanda, eis que o chamado do feito à ordem, mais do que simplesmente determinar o mero cumprimento de diligências preliminares, atendeu o próprio cerne dos petitórios formulados pelo requerente, cujo desacolhimento redundou justamente na interposição do recurso ora discutido.

Com essas considerações, determino a extinção deste Pedido de Providências, pelo reconhecimento da perda superveniente de seu objeto, com seu consequente .arquivamento.

À Secretaria Processual, para que sejam tomadas as providências cabíveis."

Consoante se observa, a discussão travada nos presentes autos limita-se **exclusivamente** a viabilizar o prosseguimento do recurso administrativo interposto nos autos da Representação Disciplinar nº 0003310-63.2008.2.00.0000, para que seja, ao final, submetido a julgamento pelo Plenário do CNJ.

Nesse aspecto, as alegações vertidas pelo recorrente no sentido de que a decisão recentemente proferida pela Corregedoria Nacional não lhe atende, pois fere o devido processo legal, não têm qualquer pertinência com o objeto do presente feito nem qualquer relevância para o deslinde desta controvérsia, devendo, a toda sorte, ser formuladas no bojo dos autos em que aquele *decisum* foi prolatado, e não neste procedimento.

Por outro lado, voltando-nos ao escopo desta impugnação, não se pode olvidar que a determinação da e. Corregedora Nacional de chamar o feito a ordem, para processar o recurso administrativo interposto na Reclamação Disciplinar nº 0003310-63.2008.2.00.0000, esvaziou por completo o objeto do presente feito.

Quaisquer outras considerações, com a devida vênia, não passam de meras ilações, destituídas da necessária fundamentação.

Assim, não tendo o recorrente trazido aos autos, em sede recursal, quaisquer fatos que alterem a situação analisada, de modo a justificar seu reexame, com a alteração do posicionamento anteriormente externado, nego provimento ao presente recurso e mantenho a r. decisão monocrática proferida.

É como voto.

Brasília, 23 de janeiro de 2012.

BRUNO DANTAS
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por BRUNO DANTAS em 23 de Janeiro de 2012 às 18:33:28

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
c6a4711070d361b4f6138b2f7899bded



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

28/04/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1163969**



12021510083800000000001163261